

c. No Chefe do Centro de Recrutamento e Mobilização a competência prevista na subalínea (23) da alínea a. do n.º 1.

3 — O presente Despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

20 de Abril de 2009. — O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, *Luis Evangelista Esteves de Araújo*, general.

201705222

Despacho n.º 10775/2009

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 4 do despacho n.º 1063/2007, de 3 de Janeiro de 2007, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, de 22 de Janeiro de 2007, conjugado com as alíneas a) a c) do n.º 2 do mesmo, subdelego no Comandante do Pessoal da Força Aérea, TGEN/PILAV 023199-B Carlos José Tia, a competência para autorizar as seguintes despesas:

a) Até € 150.000, com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços;

b) Até € 125.000, relativos à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados.

2 — O presente Despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

20 de Abril de 2009. — O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, *Luis Evangelista Esteves de Araújo*, general.

201705263

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho n.º 10776/2009

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, estabelece no n.º 1 do artigo 27.º que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura do lugar;

Considerando que o lugar de chefe do Departamento Técnico de Fronteiras se encontra vago;

Considerando que se torna urgente proceder à nomeação de titular para o cargo de Chefe do Departamento Técnico de Fronteiras a fim de garantir o normal funcionamento daquela unidade orgânica, atenta à importância de que a mesma se reveste para o SEF;

Considerando que a licenciada Marina Maria Santos Nogueira Portugal, inspectora superior do nível 2, preenche os requisitos legais e é detentora de aptidão e competência técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo de chefe do Departamento Técnico de Fronteiras;

Assim, de acordo com proposta formulada pela directora central de Fronteiras e ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio a licenciada Marina Maria Santos Nogueira Portugal chefe do Departamento Técnico de Fronteiras, em regime de substituição, dando-se por finda a sua comissão de serviço no cargo de chefe do Departamento de Nacionalidade.

16 de Abril de 2009. — O Director Nacional, *Manuel Jarmela Palos*.

Síntese curricular

Nome: Marina Maria dos Santos Nogueira Portugal

Data de nascimento: 1 de Janeiro de 1965

Habilitações Académicas: licenciada em Relações Internacionais — ISCSCP, em 1988

Categoria profissional: Inspectora Superior da carreira de investigação e fiscalização dos Serviços de Estrangeiros e Fronteira.

Actividade profissional:

1990/1991 — I Estágio Probatório de Ingresso na categoria de Inspectora da CIF/SEF;

1991/1995 — Inspectora no posto de fronteira do aeroporto de Lisboa; Participação na «Operação de Repatriamento da Comunidade Portuguesa do Huambo», Junho 1993;

Formadora interna em «SIS/SIRENE/Acordo Schengen/Regimes Especiais do Controlo Fronteiriço do Manual Comum de Fronteiras», de Novembro a Dezembro 1993;

Formadora da Língua Francesa ao III Estágio Probatório de Ingresso na CIF/SEF, Junho a Julho 1994;

Participação em escoltas de passageiros inadmissíveis

1995/1997 — Responsável pelo Grupo Operativo do SEF junto do Gabinete Nacional SIRENE;

Formadora interna em «Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen/Sistema de Informação Schengen/SIRENE», Setembro 1995;

Coordenadora Nacional dos Testes Funcionais do SIRENE Portugal, Fevereiro 1996;

Formadora em «O Acordo de Schengen/Cooperação Policial/Sistema de Informação Schengen» ao Curso de Formação de Capitão na Escola Prática da GNR em Queluz, Outubro 1996

Formadora em «Schengen — Medidas compensatórias à abolição das fronteiras internas — SIS / SIRENE» ao curso de Tirocinio para Oficiais na Escola Prática da GNR, em Queluz, Janeiro 1997;

Formadora em «Acordo de Schengen/SIS/SIRENE» ao curso de promoção a Capitão na Escola Prática da GNR, em Queluz, Janeiro 1997;

Delegada portuguesa no Grupo de Trabalho SIRENE de Schengen, Maio 1995 a Junho 1997;

Substituição das Coordenadora do Gabinete Nacional SIRENE nas suas ausências e impedimentos;

1997/2000 — Direcção Regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo; Responsável pelo Núcleo Regional de Renovações de Títulos de Residência, Dezembro 1997 a Agosto 1998;

Responsável pelo Núcleo Regional de Atendimento e Informações, Agosto 1998 a Agosto 2000;

Substituição da Directora Regional nas faltas e impedimentos e inerente subdelegação de competências na área documental e de gestão de pessoal;

Assessoria técnica à Delegação Regional de Cascais e substituição nas ausências e impedimentos do Delegado Regional de Cascais, a partir de Outubro 1999;

Representante do SEF e de Portugal no Grupo Vistos de Schengen e da União Europeia, de Novembro 1998 a Fevereiro 2001;

Coordenadora e formadora da língua francesa ao IV Estágio Probatório de Ingresso na CIF/SEF, Fevereiro a Maio 2000;

2000/2001 — Chefe da Delegação Regional do SEF em Cascais;

2001-2009 — Chefe do Departamento de Nacionalidade do SEF.

Representante do SEF na preparação e elaboração do Projecto de Regulamentação do Tratado de Porto Seguro — Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho e do Projecto de Regulamentação da Quarta Alteração à Lei da Nacionalidade — Decreto-Lei n.º 237-A/2006, de 14 de Dezembro.

Formadora em «Lei da nacionalidade» aos funcionários dos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante de Lisboa e do Porto (ACIME), Novembro e Dezembro 2003;

Formadora e coordenadora da formação em «Lei da Nacionalidade» e «Estatuto de Igualdade» ao V Estágio Probatório de Ingresso na CIF/SEF, Maio 2004.

Representante do SEF e de Portugal como perito de nacionalidade.

201702428

Despacho n.º 10777/2009

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, estabelece no n.º 1 do artigo 27.º que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura do lugar;

Considerando que o lugar de coordenador do Gabinete de Asilo e Refugiados se encontra vago;

Considerando que se torna urgente proceder à nomeação de titular para o cargo de coordenador do Gabinete de Asilo e Refugiados a fim de garantir o normal funcionamento daquela unidade orgânica, atenta à importância de que a mesma se reveste para o SEF;

Considerando que a licenciada Maria Emília Fonseca Ramos Lisboa, inspectora superior de nível 2, preenche os requisitos legais e é detentora de aptidão e competência técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo de coordenador do Gabinete de Asilo e Refugiados;

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio a licenciada Maria Emília Fonseca Ramos Lisboa coordenadora do Gabinete de Asilo e Refugiados, em regime de substituição, dando-se por finda a sua comissão de serviço no cargo de subdirectora regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo.

16 de Abril de 2009. — O Director Nacional, *Manuel Jarmela Palos*.

Síntese curricular

Nome: Maria Emília da Fonseca Droga Ramos Lisboa

Data de Nascimento: 16 de Março de 1964

Nacionalidade: portuguesa

Habilitações Literárias

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa (1982/1987)

Categoria Profissional

Inspectora Superior da Carreira de Investigação e Fiscalização do SEF.

Experiência profissional

Subdirectora Regional da Direcção Regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo, desde 2006;

2001/2006 — Chefe do Departamento de Imigração, Registo e Difusão do SEF;

1997/2001 — Inspectora Responsável pelo SRRDI — Sector de Readmissão, Registo e Difusão de Informação do SEF;

1996 — Assessora da Direcção de Serviços de Estrangeiros do SEF;

1994/1996 — Núcleo de Fronteiras do SEF, onde desempenhou funções de Coordenação técnica e operacional dos aeroportos de Lisboa, Lajes e Ponta Delgada;

1991/1994 — Inspectora de Turno no Posto de Fronteira do Aeroporto de Lisboa;

1990/1991 — Estágio Probatório de Ingresso na Carreira de Investigação e Fiscalização, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, para a categoria de Inspectora de 2.ª classe.

Experiência internacional

Chefe da Delegação portuguesa no Grupo Readmissão Schengen, tendo assegurado a Presidência deste Grupo no primeiro semestre de 1997;

Membro de Grupos de Trabalho do Conselho da União Europeia, nomeadamente Grupo Migração/ Afastamento, Grupo CIREFI e Grupo Fronteiras;

Chefiou a delegação portuguesa do Grupo Migração/Afastamento durante a presidência portuguesa do Conselho da União Europeia em 2000 e 2007;

Membro de grupos de trabalho fora da União Europeia, designadamente Grupo de Budapeste, reuniões IATA e Grupo dos Países do Mediterrâneo Ocidental;

Ponto de contacto nacional no âmbito da troca de informações entre estados da U.E sobre imigração ilegal, efectuada através do Sistema de Alerta Rápido;

Ponto de contacto nacional para efeito de troca de informação em matéria de facilitação de trânsito para afastamento de nacionais de países terceiros por via aérea;

Focal *point* do SEF em Projectos co-financiados pela União Europeia, em matéria de retorno voluntário assistido (Projecto SuRRIA) e de identificação e afastamento de nacionais de países terceiros (Projecto República Democrática do Congo);

Participou, em representação do SEF, na negociação com países terceiros de vários acordos bilaterais de Readmissão e respectivos protocolos de aplicação;

Perita junto da Comissão Europeia em matéria de acordos de readmissão entre a EU e países terceiros.

Docência:

Formadora do SEF, desde 1998, na área de medidas cautelares e do direito de estrangeiros;

Oradora em vários Seminários, Conferências e outros eventos, a nível nacional e internacional no âmbito do Direito de Estrangeiros, da Readmissão e Retorno Voluntário Assistido de nacionais de países terceiros.

Outros:

Responsável pela implementação ao nível da Direcção Regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo do Projecto «SEF em Movimento» dirigido à regularização da situação documental de grupos vulneráveis de imigrantes residentes em território nacional.

201702517

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Comissão de Apreciação e Controlo da Actividade dos Administradores da Insolvência

Aviso n.º 8701/2009

Ao abrigo do disposto nos n.º 2 e 3 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso da competência que me foi delegada

pela Comissão de Apreciação e Controlo da Actividade de Administradores da Insolvência, por deliberação publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 129, de 07 de Julho de 2005, faço público que, relativamente às listas dos Administradores da Insolvência publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 53, de 17 de Março de 2009, concedi a António Maria de Oliveira Taveira Pinto, sócio da sociedade “Taveira Pinto, Sociedade de Administradores da Insolvência, Lda.” a prorrogação, até 25 de Junho de 2010, da suspensão que lhe foi concedida com início em 26 de Junho de 2008.

7 de Abril de 2009. — O Presidente, *João Augusto de Moura Ribeiro Coelho*.

201703862

Aviso n.º 8702/2009

Ao abrigo do disposto nos n.º 2 e 3 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso da competência que me foi delegada pela Comissão de Apreciação e Controlo da Actividade de Administradores da Insolvência, por deliberação publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 129, de 07 de Julho de 2005, faço público que, relativamente às listas dos Administradores da Insolvência publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 53, de 17 de Março de 2009, concedi a seguinte suspensão:

Cristina Isabel dos Santos Stichaner Lacasta — Suspensa a seu pedido de 9 de Junho de 2009 a 8 de Junho de 2011.

7 de Abril de 2009. — O Presidente, *João Augusto de Moura Ribeiro Coelho*.

201703798

Aviso n.º 8703/2009

Faz-se público que, relativamente às listas dos Administradores da Insolvência dos distritos judiciais de Coimbra, Évora e Porto, publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 53, de 17 de Março de 2009, se procedeu ao seguinte cancelamento:

Cíntia Maria Quitéria Fernandes, Praça Dr. Fernando Amado, lote 5, 72, 7.º C, 1900-666 Lisboa (a).

(a) Especialmente habilitada a praticar actos de gestão.

20 de Abril de 2009. — O Presidente, *João Augusto de Moura Ribeiro Coelho*.

201703902

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 10778/2009

Ao abrigo e nos termos do n.º 1 do artigo 2.º e da alínea *b*) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 166/97, de 2 de Julho, na redacção que lhes é dada, respectivamente, pelo n.º 8 do artigo 2.º e da alínea *b*) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 84/2004, de 14 de Abril, renovo, por cinco anos, o mandato do engenheiro António Raul Eira Leitão no cargo de secretário-geral do Conselho Nacional da Água.

A presente renovação fundamenta-se no reconhecido mérito e prestígio do engenheiro Eira Leitão no que tange ao domínio das matérias relacionadas com a água e ainda nos resultados da actividade até agora desenvolvida.

14 de Abril de 2009. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

201703051

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho (extracto) n.º 10779/2009

Por despacho de 20 de Março de 2009 do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo:

Margarida Cristina Marques Gouveia Barata, técnica superior — autorizada a exercer actividade privada fora do âmbito das atribuições e